

Índia: de colônia britânica ao desenvolvimento econômico nacional*

india: from british colony to national economic development

Bruno de Campos**

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as relações entre britânicos e indianos, no período colonial, e o processo de desenvolvimento econômico e de industrialização da Índia, consistindo principalmente de levantamento bibliográfico. Teoricamente, utilizaremos os trabalhos de Alice Amsden sobre o desenvolvimento de países asiáticos e periféricos. Partiremos das relações entre britânicos e indianos e suas consequências para o desenvolvimento indiano. Em seguida, apresentamos o desenvolvimento econômico indiano antes e após sua independência, marcado pela presença do Estado. Enfim, este trabalho aponta que o imperialismo britânico contribuiu para retardar o desenvolvimento do capitalismo moderno indiano e que este se deu com a presença do Estado no desenvolvimento econômico e industrial do país.

Palavras-chave: Índia. Imperialismo britânico. Independência. Desenvolvimento. Estado.

ABSTRACT

This work aims to examine the relationship between British and Indians in the colonial period, as well as the process of the economic development and industrialization of India, through the analysis of the secondary literature. In theory, we will use the works of Alice Amsden about the development of the Asian peripheral countries. We start studying the relations between British and Indians and its consequences for the Indian development. Then we present the Indian economic development before and after the independence, process which was marked by the presence of the State. Finally, this paper points out that British imperialism has slowed the development of modern Indian capitalism, and that the same was true of the state presence in the economic and industrial development of the country.

Keywords: India. British imperialism. Independence. Development. State.

* Trabalho apresentado no XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA e 12ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. O autor agradece à CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Submetido: 20 de outubro de 2015; aceito: 19 de janeiro de 2016.

** Doutorando e bolsista CAPES do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGG-UFSC). *E-mail:* camposbrunode@yahoo.com.br

Introdução

Mesmo sendo um típico caso de industrialização tardia (Amsden, 1992)¹ e desenvolvimento atrasado (Amsden, 2009), e sofrendo alguns problemas sociais internos, em cerca de 60 anos de desenvolvimento a Índia tornou-se uma das economias mais vigorosas do mundo.

Segundo Alice Amsden (1992), a característica que define uma industrialização tardia seria a ausência de novas tecnologias – mesmo entre empresas líderes. Para a autora, os países de industrialização tardia não detinham inicialmente o ativo competitivo representado pelo pioneirismo (produtos ou processos), diferenciando-os daqueles que se industrializaram mais cedo. Os inovadores também emprestam tecnologia de seus competidores, mas os países de industrialização tardia dependem de “aprender” para rivalizar com os demais.

Entre os chamados países de desenvolvimento atrasado, Alice Amsden (2009) apresenta dois tipos, quanto à experiência manufatureira ao fim da Segunda Guerra Mundial, o “resto”, em que estaria incluído o caso indiano, e o “resquício”. O “resto” sendo um grupo de países de industrialização tardia com certa experiência manufatureira na produção de seda, tecidos de algodão, gêneros alimentícios e bens de consumo leves para avançar para setores de médias e depois alta tecnologia. Já o “resquício” seriam países que estiveram menos expostos à vida fabril moderna no pré-guerra, não possuindo posteriormente nada que se aproximasse da diversificação industrial do resto. Ainda para Amsden (2009), as experiências manufatureiras pré-guerra teriam três categorias: pré-moderna, emigrada e colonial. No caso indiano, ocorreram a pré-moderna, advinda de atividades artesanais e sendo a de mais longa duração, e a colonial ou o *know-how* e as organizações que surgiram de antigos elos coloniais (ou imperialismo britânico).

Assim sendo, o trabalho que se segue terá, além desta introdução, mais seis seções. A primeira seção apresentará as relações entre britânicos e indianos, a segunda será sobre o movimento nacional e o processo que culminou com a independência indiana. Na terceira seção contextualizaremos, de modo geral, a geopolítica mundial após a Segunda Guerra Mundial, momento histórico ao qual está inserida a independência

¹ E, para Sanjaya Lall (2005), seriam economias de industrialização recente (EIRs).

indiana em relação aos britânicos. A seção seguinte, a quarta, abordará a gênese do desenvolvimento econômico e industrial na Índia, e a quinta, estes após a independência. Por último, uma seção com considerações sobre o trabalho como um todo e a temática dele.

1. Os britânicos na Índia

Não podemos interpretar o processo histórico do impacto dos ingleses na sociedade indiana, ao longo de cerca de três séculos, como um simples resultado uniforme. A sociedade britânica e os ingleses que foram para a Índia sofreram variadas mudanças entre os tempos isabelinos e o século XX. O período que vai de 1750 a 1850 pode ser visto como o que mais teve mudanças significativas nas relações entre ingleses e indianos. De organizados em busca de comércio e pilhagem até metade do século XVIII, os ingleses, em meados do século XIX, já eram “senhores da Índia” (Moore, 1983).

Tendo chegado à Índia entre 1611-1612, no início do século XVIII os britânicos exerciam sua influência em três regiões: na região de Bombaim, Madrastra e Bengala (Könemann, 2010).

Os britânicos chegaram à Índia por motivos como aventura, razões de Estado, comércio e pilhagem, mas tudo isso em plena decadência da civilização medieval cristã tradicional. Logo perceberam a necessidade de consolidar uma base territorial. Essa necessidade tinha por intuito tornar o comércio mais vantajoso para os britânicos, que, deixando representantes na Índia, poderiam negociar produtos agrícolas na época das colheitas, com preços mais baixos. Por esses motivos estabeleceram fortes e armazéns na Índia, a partir dos quais surgiria uma expansão do domínio territorial britânico em solo indiano (Moore, 1983).

Em 1600, dois anos antes da Companhia Holandesa das Índias Orientais (do holandês, Vereenigde Oost-Indische Compagnie –VOC), os ingleses criaram sua própria Companhia das Índias Orientais, com licença da rainha Elizabeth I, para desenvolver o comércio com a Índia. Tornou-se conhecida como a Casa da Índia, superando em esplendor a rival holandesa, organizando seu próprio Exército e transformando-se em uma espécie de Estado dentro do Estado. Estavam envolvidos, na companhia, donos de navios, mercadores e bucaneiros privados, unidos

frouxamente por um conselho de diretores (Magnoli; Serapião Junior, 2006).

O estabelecimento de centros comerciais europeus em algumas regiões costeiras da Índia resultou, entre outros, no surgimento de uma importante classe de capitalistas indianos, intimamente ligadas aos comerciantes estrangeiros (Panikkar, 1977). Entretanto, diferentemente do que diz Panikkar (1977), não acreditamos que a fonte de riqueza da referida “classe de capitalistas indianos” tenha vindo dos comerciantes estrangeiros, mas sim, e pensando nos escritos de Karl Marx e Mike Davis (Campos, 2013), da expropriação de artesãos e principalmente camponeses. Por sinal, algo que não nos parece muito diferente ao que aparentemente ocorre ainda hoje em alguns estabelecimentos comerciais por nós visitados em Agra e Jaipur (2012), voltados para exportação ou venda direta, principalmente para estrangeiros, de produtos centenários do artesanato indiano.

Em Surrate, os capitalistas ligados aos comerciantes estrangeiros possuíam o primeiro lugar nas trocas comerciais, de acordo com os primeiros relatórios da companhia. Sua influência política também se fazia presente, como em 1622, quando exerceram a função de mediadores entre a companhia inglesa e os governadores mongóis. O surgimento dessa classe ligada aos mercadores estrangeiros, e contrária, há tempos, à autoridade muçulmana, afetaria as estruturas políticas e econômicas indianas. A economia essencialmente agrícola, com produção industrial não ultrapassando as necessidades do consumo interno, por mais de dois séculos permaneceu ao lado do desenvolvimento de um comércio exterior substancialmente marítimo. Para Panikkar (1977), esse comércio não afetou a vida econômica continental indiana, pois no século XVI tratava-se principalmente das especiarias. Mas, ainda para o mesmo autor, a partir do século XVII iniciou-se uma revolução quando os mercadores estrangeiros passaram a pedir por produtos manufaturados ou de colheita, como grão de mostarda e cânhamo. Muitos produtos do fértil vale do Ganges convergiram aos portos de Bengala através dos mercadores *marwars* espalhados por toda a Índia do Norte, que seriam em breve os detentores do poder real. Ofereciam apoio financeiro aos vice-reis que aceitassem as taxas de juros mais altas e promettessem favorecer seus negócios (Panikkar, 1977).

A companhia inglesa tinha sede em Londres, e governador-geral estabelecido em Calcutá. Possuía delegação de poderes do governo britânico, ao mesmo tempo que exercia atividades normais de uma empresa especializada no comércio colonial. Entre o século XVIII e o início do século XIX, a companhia organizou vários sistemas de arrecadação fiscal, que não escondiam ser de grande preocupação para ela. Em Bengala, os responsáveis pela coleta dos impostos eram os *zamindar* (coletores de impostos no tempo dos mongóis, agora reconhecidos como proprietários rurais privados, dos quais os camponeses se tornaram arrendatários); no sul, através dos *ryotwari* (cada camponês era responsável pessoalmente no campo fiscal); no nordeste, por meio dos *mahalwari* (o imposto recaía coletivamente sobre as aldeias). Os agentes da companhia, todos ingleses, dirigiam o referido sistema fiscal, ao mesmo tempo em que exerciam funções administrativas e judiciárias, não sendo incomum a mesma pessoa acumular diferentes funções. Os indianos somente eram aceitos em postos muito subalternos. Esta era a organização financeira dos territórios diretamente controlados pela companhia. Mesmo que em 1813 ela tenha perdido o monopólio do comércio na Índia, para o comércio privado britânico em geral, seus poderes de Estado eram mantidos (Chesneaux, 1976).

As medidas fiscais da companhia,² mencionadas no parágrafo anterior, afetaram a sociedade tradicional indiana. Não apenas alteraram o estatuto do solo, até aquele momento considerado prerrogativa do Estado, e a partir daí, objeto de apropriação privada. Novas relações econômicas foram introduzidas nas aldeias, uma demanda que empobrecia os camponeses e os colocava dependentes dos agiotas em anos de colheita ruim, com tendência também a comercializar a produção, corroendo o equilíbrio e o caráter autárquico da economia campesina. As grandes cidades manufatureiras do interior, como Dacca, Patna, Nagpur, Ahmedabad, sofrem perdas populacionais, ao contrário das regiões portuárias, onde se opera o processo de subordinação da economia indiana ao imperialismo britânico, como Calcutá e Bombaim. Esse esboço de remodelação regional da economia indiana se tornou cada vez mais perceptível no decorrer do século XIX. As regiões com maiores atividades no planalto

² Conforme Chesneaux (1976), as medidas fiscais afetaram as zonas de administração inglesa, pois a Índia dos príncipes protegidos sofreu poucas mudanças na sociedade.

Deccan ou na planície indo-gangética, cuja prosperidade estava no equilíbrio das culturas alimentares, industriais e do artesanato, mínguem em proveito das zonas de produção de matérias-primas, como algodão bruto, e das zonas comerciais ligadas ao comércio britânico. A miséria nos campos é ampla e torna-se mais grave com a ruína do artesanato, os canais e outras obras de irrigação não sofrem os devidos cuidados de manutenção (Chesneaux, 1976).

Vejamos na tabela abaixo (Tabela 1) um exemplo de gastos com obras públicas durante um ano fiscal indiano, publicados por Marx em um de seus escritos no jornal *New York Daily Tribune*, em 1853. Segundo ele, os dados foram retirados dos próprios relatórios anuais ingleses sobre a Índia. Entre as obras públicas, estavam as obras de irrigação, estradas, pontes e outros trabalhos de utilidade pública.

Tabela 1 – Lucro e encargos com obras públicas, 1851-1852

	LUCRO BRUTO, 1851-1852	ENCARGOS COM OBRAS PÚBLICAS, 1851-1852
Bengala	£ 10.000.000	£ 87.800
Madrasta	£ 5.000.000	£ 20.000
Bombaim	£ 4.800.000	£ 58.500
Total	£ 19.800.000	£ 166.300

Fonte: Marx e Engels (1978). Elaboração do autor.

Segundo Chesneaux (1976), durante a época da companhia, os algodões e lãs britânicos pagavam 3,5% e 2% para entrar na Índia, já os indianos pagavam 10% e 30% para entrar na Inglaterra. Já, de acordo com Alice Amsden (2009), as tarifas ficavam entre 40%-60% para os tecidos indianos entrar na Grã-Bretanha, no início do século XIX, e na Índia os comerciantes e fabricantes locais de produtos têxteis indianos pagavam entre 6% e 18% de impostos *ad valorem* para o trânsito interno de seus produtos, imposto esse que os comerciantes britânicos estavam isentos. Mesmo com essa atitude, a indústria algodoeira na Índia conheceu um desenvolvimento industrial, mesmo restrito, durante o século XIX, tendo uma dezena de cotonifícios em 1860, e 114 em 1889. A maioria dessas fábricas foi fundada por comerciantes indianos prósperos de Bombaim ou de Ahmedabad, como os Tata. Os britânicos também se esforçavam em impor de forma constante uma rúpia cara, em favor

das empresas britânicas e em detrimento ao interesse comum da burguesia e do povo indiano (Chesneaux, 1976).

Davis faz referência ao jornalista estadunidense John Russel Young, o qual, em passagem pela Índia em 1877, escreveu que

[a] influência inglesa no Oriente é apenas outro nome para tirania inglesa. Não existe maior despotismo nem mais absoluto que o governo da Índia. Poderoso, irresponsável, cruel... [o] dinheiro que a Inglaterra tira da Índia todos os anos é um sério dreno no país, e está entre as causas de sua pobreza. (Davis, 2002, p. 14)

Em fins do século XVIII, a opressão dos mercadores ingleses era tamanha, que os grandes proprietários de terra dirigiram uma petição ao Conselho do país. Petição transcrita por Panikkar, da qual extraímos um trecho:

Comerciam... com todo tipo de grão, de tecidos e com todas as mercadorias que o país pode fornecer. Para obter tais artigos, forçam os camponeses a aceitar sua moeda, e havendo assim comprado pela violência essas mercadorias, pelas quais não pagam quase nada, obrigam os habitantes e os varejistas a comprar-lhes, por um preço bastante elevado, superior ao dos mercados... Quase mais nada resta ao país. (Panikkar, 1977, p. 105)

Além de adquirir poder político nas Índias Orientais, a companhia inglesa obteve o monopólio exclusivo do comércio de chá, do comércio chinês em geral e do transporte de mercadorias para a Europa. A navegação costeira entre a Índia e as ilhas e o comércio no interior da Índia tornou-se monopólio dos altos funcionários da companhia. Monopólios de sal, ópio, bétel, entre outras mercadorias, eram minas inesgotáveis de riquezas. Os funcionários eram os próprios a fixar os preços, esfolando a seu bel-prazer o infeliz indiano. O governador-geral fazia parte desse comércio privado. Seus favoritos obtinham contratos sob condições em que do nada faziam ouro. “Grandes fortunas brotavam num dia, como cogumelos: a acumulação primitiva realizava-se sem adiantamento de um xelim sequer” (Marx, 1996a, p. 371).

Se, como exposto alguns parágrafos acima, a terra passa a ser objeto de apropriação privada e, anteriormente para Marx (1986), ela era “propriedade comunal”, mesmo aparentando levar a uma ausência legal de

propriedade, parece-nos que Barrington Moore comete um equívoco ao afirmar que “a Índia não sofreu movimento de expropriação significativo” (Moore, 1983, p. 354–355), ainda que o próprio autor, parágrafos antes, exponha que os agiotas em determinado momento passam a procurar a posse da terra propriamente dita. Com base em Marx (1986), Chesneaux (1976) e Davis (2002), acreditamos que o imperialismo britânico destruiu de fato um dos fundamentos do Modo de Produção Asiático (Marx, 1986; Campos, 2013), a propriedade comunal.

No ano de 1957, o diretor de cinema italiano, Roberto Rossellini, esteve na Índia. Em sua autobiografia ele faz algumas observações a respeito do imperialismo inglês na Índia. Segundo ele, inicialmente os ingleses foram compradores, como outros, e com a Companhia das Índias até contribuíram para a prosperidade do país. Entretanto, logo se transformaram em implacáveis exploradores de matérias-primas, fazendo regredir a Índia, “que desceu da categoria de país produtor para a categoria de nação ruminante que outros vêm ordenhar, retirando por preços módicos seus recursos naturais” (Rossellini, 1992).

Os ingleses não somente extraíram uma grande parte dos capitais que o comércio exterior havia levado para Índia, retornando para a Europa, entre 1757 e 1780, cerca de 40 milhões de libras. Além disso, utilizaram esse mesmo dinheiro para arruinar a indústria têxtil indiana. A revolução da máquina de Manchester “não teria sido possível sem os investimentos dos empregados da Companhia”, voltando ao país após terem feito fortuna e desejando investir o lucro. As máquinas a vapor de Manchester fabricavam tecidos em série, que concorriam vantajosamente com aqueles que teciam à mão, os artesãos de Delhi, Srinagar, Rejahstan, Lucknow, Benares, Bengala, Madras, Bombaim. Essas máquinas produziam os modelos que os “inventores” ingleses copiaram das estampas indianas, sendo essa a origem do tecido de Jouy (Rossellini, 1992).

Os ingleses haviam começado a destruição sistemática do artesanato indiano, punindo os tecelões, baixando preços, inserindo em seu sistema repressivo um procedimento tão simples quanto eficaz: os infratores estavam condenados a ter o polegar cortado. O polegar que permite aos humanos, entre outras funções, tecer. Durante o século XIX, após ter conquistado os mercados europeus, os tecidos de Manchester foram impostos à Índia, de forma que o algodão voltava a seu lugar de origem, consideravelmente mais caro. E, quando a indústria indiana tentou sair

do limbo, os magnatas de Manchester lá estavam para prejudicá-la (Rossellini, 1992).

Dinheiro, ideias, matéria-prima, homens: pode-se dizer que os ingleses tomaram tudo da Índia, provocando nesse país a mais formidável devastação econômica e social que uma nação já conheceu. Os tecelões indianos desapareceram, tragados pela miséria; a agricultura viu chegar um enorme fluxo de mão de obra; seguiu-se um empobrecimento geral. Autores considerados sérios não hesitam em afirmar que a vampira Inglaterra deve à Índia o século de supremacia industrial cujas delícias consumiu entre 1815 e 1914. (Rossellini, 1992, p. 120)

2. Movimento nacional e luta pela independência

No final da primeira metade do século XIX, por volta de 1847, o último Estado independente da Índia, o Panjab (Punjab), foi conquistado. Mesmo com os Estados e reinos dominados de maneira direta ou indireta pelo imperialismo inglês, o povo indiano cobrou sua liberdade com a Revolta de 1857-1858. Revolta que foi dirigida pelas velhas classes dominantes, as quais desejavam recuperar seus poderes perdidos, e, mesmo contando com o apoio de entusiasmadas massas populares por vastos territórios, não possuía poderes e organização para combater os ingleses e foi derrotada em 15 meses. Do fim da revolta, até 1919, o imperialismo britânico não sofreu grandes ameaças na Índia (Panikkar, 1977). Para Chesneau (1976), a heterogeneidade de participantes e apoiadores do movimento, e a incapacidade de entendimento entre eles, foi tão responsável pelo fracasso do movimento quanto a capacidade técnica superior das tropas inglesas.

As forças políticas tradicionais não foram capazes de restaurar a independência perdida. Mas também não tentaram, pois as autoridades britânicas mudaram sua política em relação aos principados indianos, tentando mantê-los em seus lugares, ao invés de continuar a destruí-los. O movimento nacional passa a ser dirigido então pelos intelectuais ocidentalizados e a burguesia comerciante moderada. Poucos desses intelectuais tiveram uma ação propriamente política. E mesmo aqueles que conseguiram um maior destaque no primeiro momento, e seus companheiros, eram ligados à causa nacional, mas acreditavam que era preciso confiar na Inglaterra,

proceder através de reformas prudentes, agir constitucionalmente, nos limites da ordem e da lei. Ideias essas presentes na fundação do Congresso Nacional Indiano em 1885, futuro partido nacionalista e revolucionário; de postura muito moderada em sua origem, pedindo por maior participação indiana nos conselhos legislativos britânicos (de Calcutá e das províncias), ou a admissão de indianos nos postos principais do Indian Civil Service.

O Indian Civil Service, além das tarefas administrativas ordinárias, como coleta de impostos, manutenção da lei e da ordem, e de modo mais geral a fiscalização do país, detinha atribuições judiciárias mais elevadas: entre seus membros eram escolhidos uma parte dos juizes das altas cortes provinciais. Os ingleses, para entrar para o Indian Civil Service, prestavam concurso, em que os exames favoreciam os formados em Oxford e Cambridge. Até o final do século XIX, pouquíssimos indianos conseguiram adentrar nas funções principais do Indian Civil Service. Dependente dessa administração existia uma burocracia em escala regional e bem vigiada, e através desses pequenos funcionários, somente indianos, a autoridade governamental se aproximava das massas. O inglês não possuía contato direto com a população indiana, mesmo controlando de perto seus mandatários indianos. Sistema similar ao da Polícia e do Exército, em que os ocupantes dos cargos superiores eram escolhidos na Inglaterra e os demais cargos, ocupados por indianos (Panikkar, 1977).

Mesmo com ideias moderadas, poucos resultados concretos foram alcançados. Somente com a mudança de postura política de alguns integrantes do Congresso, como Tilak, que passaram, entre outras, a criticar o ocidentalismo e a postura moderada dos então dirigentes do Congresso, provocando um embate interno a partir do final do século XIX, que o movimento nacional indiano ganhou novo impulso (Chesneaux, 1976).

Entretanto, o movimento nacional foi muito restrito e de pouca expressão política até a Primeira Guerra Mundial, com a guerra e a Revolução Russa de 1917, o movimento nacional indiano passou por um rápido amadurecimento. Antes exclusivamente político, passou a incorporar questões econômicas e sociais, adotando inclusive a ideia de planos. A vida intelectual até então de forte influência ocidental começou a ser contestada entre os próprios intelectuais. O desenvolvimento

dos partidos socialistas europeus (muito mais revolucionários que atualmente) também teve sua contribuição, como o Partido Trabalhista inglês, apoiando o movimento nacional indiano desde sua fundação. No fim da guerra o movimento indiano já era popular, presenciou o aparecimento da figura política de Gandhi e seu movimento de não cooperação e não violência, a formação de numerosos sindicatos, o surgimento da ala esquerda do Congresso, liderada por Nehru e Bose, e autodeclarada socialista, a fundação do Partido Comunista Indiano, influente nas organizações operárias e camponesas (Chesneaux, 1976; Panikkar, 1977).

Os debates do movimento nacional indiano em prol da independência cresceram em ideias e participantes, deixando complexa sua evolução. Forças populares tornam-se mais ativas, como o campesinato e os sindicatos. O próprio Partido do Congresso presencia um embate entre uma ala mais avançada, ou de esquerda, em torno de Nehru, Bose e intelectuais radicais, e outra direitista, que apoiava atitudes moderadas em relação à Inglaterra e era socialmente conservadora. As divisões no movimento nacional foram diversas, e em sua maioria culminavam em novas organizações ou alas. O imperialismo britânico, obviamente, não reprimia o movimento somente de forma política, mas também com brutalidade, como assassinatos e prisões (Tilak foi preso por duas vezes e Nehru, oito) (Chesneaux, 1976).

Gandhi torna-se figura importantíssima dentro do movimento nacional indiano e no próprio partido do Congresso. Nos primeiros anos da década de 1920, ele consegue cada vez mais aproximar os camponeses do partido, que rapidamente se transforma numa organização de massas, e começa adquirir proeminência na luta pela independência. Para Panikkar (1977), após a Primeira Guerra Mundial a política inglesa tinha um objetivo principal em relação à Índia: ganhar tempo. Era sabido que a independência viria, mas os ingleses almejavam uma independência mais conveniente aos seus interesses. Tentaram então romper a unidade da Índia, aproximando-se de alguns príncipes, medida que não surtiu efeito com muitos deles. Com efeito, a unidade do movimento nacional foi atingida pela questão religiosa. Nem o sistema de castas ou as dezenas de grupos linguísticos abalaram seriamente a unidade do movimento pela independência.

As ideias de Tilak em fins do século XIX, nacionalistas e contra o ocidentalismo do movimento nacional, também tinham uma aproxi-

mação entre o hinduísmo e o movimento, mesmo que o Partido do Congresso não assumisse posição religiosa. Alguns setores da minoria muçulmana (naquele momento cerca de um quarto da população), descontentes com a aproximação do hinduísmo, começaram a se organizar religiosa e culturalmente por uma espécie de renascimento muçulmano, primeiramente na Universidade de Aligarh, e em 1906 fundando o grupo político Liga Muçulmana. Os britânicos contribuíram com o dualismo religioso, quando em 1905 dividiram a região de Bengala, destacando as áreas muçulmanas, e com as reformas eleitorais de 1909, 1919 e 1935, que entre outros decidia pela representação separada para os muçulmanos. Quando a independência de fato foi alcançada em 1947, as regiões de maioria muçulmana formaram o novo Estado do Paquistão.

3. Geopolítica mundial após a Segunda Guerra Mundial

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Império britânico perdeu seu lugar de grande potência mundial. Nesse ínterim, a Índia, uma de suas posses coloniais, conseguiu sua independência. Assim, foi somente após 1947, quando deixou de ser colônia britânica, que o país pôde mudar seu caráter de economia colonial para o de uma nação que de fato se voltava para o desenvolvimento interno.

Também após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos passaram a ocupar o lugar de potência geoeconômica hegemônica no mundo capitalista. Sua ascensão foi favorecida, entre outros fatores, pela maior parte de seu território não ter sido palco efetivo de operações militares na Segunda Guerra, bem como por sua economia de guerra ter contribuído contra os efeitos negativos da crise de 1929 e ainda as economias europeias e japonesa se apresentarem bastante enfraquecidas pelo conflito. Em pouco tempo, a Polônia, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Albânia, Iugoslávia e Alemanha Oriental passaram a constituir a área de influência socialista. O estabelecimento do poder revolucionário e seu crescimento econômico permitiram à URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) a criação de um poderio militar comparável ao das grandes potências capitalistas. Assim sendo, os Estados Unidos e os seus aliados europeus tiveram que enfrentar uma nova realidade, adversa aos seus objetivos: “governos socialistas em nações da Europa onde

seriam bem-vindas as democracias parlamentares e a livre empresa” (Pontes, 1981, p. 88).

Os Estados Unidos partiram, principalmente a partir de 1947, para uma política deliberada de “contenção” do socialismo soviético, iniciando a confrontação bipolar da Guerra Fria, a qual viria a dominar (com variações de intensidade) toda a evolução mundial nas quatro décadas seguintes (Fernandes, 1999).

Contudo, a partir dos anos de 1970 os Estados Unidos começaram a sofrer uma crise de hegemonia, novas regiões e/ou países industriais com poder competitivo tornavam-se mais evidentes – como a Ásia Oriental, que entretanto foi atingida por violenta crise em 1997 – e aumentava o processo de internacionalização financeira, juntamente com o avanço de políticas liberais pautadas pelo livre jogo das forças de mercado. Assim, a economia mundial passou por importante redefinição de posições geoeconômicas e geopolíticas (Silva, 2001).

Tais características revelam um processo em boa medida lógico-econômico, isto é, ligado à crise do capitalismo – com nítidas repercussões espaciais, assinaladas, entre outras, na redefinição das posições geoeconômicas das nações, ou em importantes realocações dos investimentos. Em parte, porém, e notadamente no que concerne à última característica, estamos diante de mecanismos políticos e mesmo ideológicos, ligados à tentativa dos Estados Unidos de, no bojo da desestruturação da URSS, reafirmar a sua hegemonia política e econômica mundial, através das políticas e do ideário livre cambista da “globalização”³ – enquanto ele próprio, na verdade, aparece cada vez menos globalizado [...]. (Silva, 2001, p. 8)

Certamente, não se pode ignorar que a economia estadunidense conheceu, nos anos 1990, uma considerável retomada (Silva, 2008). Mas, no início do século XXI, outras economias se mostraram mais pujantes, como a chinesa e também a indiana.

Atualmente presenciamos a ascensão mundial dos “países-baleias” (Pochmann, 2010), que com maior importância das escalas do mercado interno (população elevada em grandes áreas territoriais nacionais),

³ Segundo Silva, mesmo que os fluxos financeiros internacionais tenham aumentado desde os anos 1970, “existem dados abundantes que comprovam a falácia de ideias como a da globalização financeira” (Silva, 2001).

somada ao crescimento do nível de emprego e da retirada de parcelas significativas da população em situação de pobreza, indica o reposicionamento desses países na Divisão Internacional do Trabalho. Segundo Pochmann (2010), os dois principais fatores responsáveis pela ascensão dos países-baleias são:

1) o movimento global de reorganização do capital, que, de forma concomitante a uma relativa decadência dos Estados Unidos, contribuiu para que o outrora centro dinâmico unipolar se transforme em uma multipolarização geoeconômica mundial (Estados Unidos, União Europeia, Rússia, Índia, China e Brasil);

2) os desdobramentos da crise internacional de 2008, sem resolução mais definitiva, principalmente nos países ricos.

Considerando ainda que a crise aconteça intercalada com o avanço da revolução tecnológica e outro ciclo de industrialização tardia na Ásia, nota-se que a dinâmica econômica mundial é cada vez mais desigual, mesmo que combinada. Em um lado o quadro geral de semiestagnação das economias desenvolvidas, no outro o avanço das economias e relações comerciais Sul-Sul (Pochmann, 2010).

Após algumas oscilações nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a partir de 2003 a Índia passou a ter taxas de crescimento econômico próximas de 8% ao ano (Trevisan, 2006)⁴. Entre 2003 e 2007, os BRICs⁵ (Brasil, Rússia, Índia e China) foram responsáveis por quase metade do crescimento econômico global, de acordo com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). No entanto, o maior dinamismo econômico desse grupo encontra-se, sobretudo, nos índices de expansão do PIB da China e da Índia (Prates; Cintra, 2009). Mesmo com a crise econômica que atingiu o mundo capitalista no último trimestre de 2008, a Índia não sofreu sérios problemas econômicos, e no primeiro trimestre de 2009 obteve um desempenho econômico acima do esperado (BBC, 2009).

⁴ Com a crise econômica de 2008, o crescimento do PIB no mesmo ano (ano fiscal indiano de abril de 2008 a março de 2009) apresentou uma queda em relação ao ano anterior, mas, segundo o Reserve Bank of India (RBI, 2012b), entre 2007 e 2011 a taxa média de crescimento do PIB foi de 7,9%.

⁵ Desde 2009 os líderes desses países realizam cúpulas anuais e desde 2011 contam com a participação da África do Sul, transformando o acrônimo em BRICS (“S” de South Africa, em inglês).

4. Gênese do desenvolvimento econômico e industrial indiano

De acordo com Barrington Moore, a formação social indiana colocou alguns obstáculos “no caminho do desenvolvimento econômico antes da aparição dos europeus” (Moore, 1983, p. 365). Entre eles, a insegurança da propriedade, as barreiras à acumulação, o prêmio dado por exibição de luxo e o sistema de castas. O luxo muitas vezes estimulou o comércio e os bancos atingiram elevado desenvolvimento. No entanto, esse comércio não seria o dissolvente que destruiria a sociedade agrária tradicional da Índia. Possivelmente a ausência de uma revolução comercial e industrial pode ser atribuída ao imperialismo britânico, sua destruição do artesanato têxtil e sua atitude com reservas aos interesses comerciais que pudessem concorrer com seus próprios interesses. Mas os ingleses não conseguiram impedir o aparecimento de uma classe comercial nativa moderna.

Durante o século XIX, uma burguesia moderna indiana fundou fábricas (fiações e tecelagens de Bombaim e das províncias centrais, siderúrgicas de Jamshedpur) e abriu bancos e casas comerciais atacadistas. Essa burguesia, na maioria dos casos, surgiu da antiga classe de mercadores, como os parses de Bombaim (entre eles, Jamstji Tata, fundador de Jamshedpur), ou os marwaris (como Birla, da indústria algodoeira). Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo indiano, na segunda metade do século XIX, não conseguia grandes avanços. Organizado em grandes monopólios, controlando diversos setores de atividade (como os trustes Tata ou Birla), esteve restrito à indústria leve ou à produção de bens em bruto ou semiacabados, não podendo concorrer com os britânicos no setor importante de máquinas e dos produtos de equipamento pesado. Enfrentava também entraves pela dificuldade de poder de compra das massas populares, insuficiente proteção das tarifas aduaneiras estabelecidas pelos britânicos, pela existência em seu interior de um setor “comprador”, por fim, por uma forte concorrência das empresas britânicas, mais bem equipadas e financiadas. As câmaras de comércio indianas, por setor industrial ou regional, formadas entre 1890-1910, tinham como objetivo defender esses interesses e reivindicar tarifas protetoras mais eficazes, permitindo o desenvolvimento da produção nacional. Em 1927 se uniram na Federation of Indian Chambers of

Commerce and Industry. Suas reivindicações e seus interesses tiveram grande espaço no programa e nas atividades do Partido do Congresso (Chesneaux, 1976). Em seguida, o aço, o açúcar, a seda e o algodão conseguiram conquistar certa proteção tarifária, impulsionando um desenvolvimento industrial. Mas a construção naval não conseguiu vencer os interesses britânicos, ficando sem qualquer proteção. A criação do Reserve Bank of India (Banco Central Indiano)⁶ foi importante para que a rupia indiana (moeda nacional) deixasse de ser controlada por Londres. Bancos e companhias seguradoras indianas começaram a se desenvolver (Panikkar, 1977).

O economista indiano T. R. Sharma (apud Chesneaux, 1976), em estudo sobre a divisão das indústrias modernas na Índia, destacou a necessidade de sua redistribuição, demonstrando a desigualdade do crescimento econômico de alguns centros industriais indianos entre 1891 e 1941: Calcutá, 189%; Ahmedabad, 310%; Cawnpore, 151%; Jamshedpur (cidade dos Tata), 2.383%. Já antigos centros industriais avançaram bem menos: Lucknow, 46%; Benares, 18%; Patna, 7%.

Gijbert Oonk (2007) apresenta três tipos de desenvolvimento das indústrias modernas indianas: os Marwaris em Calcutá, os Parsis em Bombaim e os Hindus em Ahmedabad.

Os Marwaris são naturais do Rajastão (noroeste da Índia) e passaram a se espalhar pela Índia no século XIX. Antes financiadores dos príncipes do Rajastão, chegados a Calcutá passaram a ser intermediários entre os comerciantes estrangeiros e os indianos, fornecendo principalmente juta bruta para as empresas britânicas. Os britânicos não os viam com bons olhos, pela fama de serem especuladores e tentarem vantagens financeiras, eles não possuíam vínculos formais com os britânicos, e eram vistos como concorrentes. Alguns Marwaris também passaram a ser financiadores, efetuando empréstimos de curto e longo prazo. Algumas famílias, como os Birla e Goenka, agiram de forma diversificada, como comerciantes, banqueiros, corretores em empresas britânicas de comércio, ocupantes de cargos em organizações formais do comércio de juta e principalmente através da aquisição de ações, assumir cargos em empresas britânicas. Após a Primeira Guerra Mundial, os Birla iniciaram sua pri-

⁶ Fundado em abril de 1935, foi uma instituição privada até 1949, quando foi nacionalizado e passou a ser 100% estatal (RBI, 2012a).

meira fábrica de juta, e os Goenka, logo após a Segunda Guerra Mundial (Oonk, 2007).

No caso de Bombaim, os Parsis eram originários, sobretudo, de Gujarat, mas também de Surat; eram comerciantes, tradutores, agiotas, banqueiros e artesãos. Eles tradicionalmente tinham uma boa relação com os britânicos, os quais passaram a apoiar investimentos dos Parsis em Bombaim, como comerciantes intermediários, recebendo incentivos tarifários. Muitas famílias Parsis colocavam seus filhos para trabalhar em empresas britânicas de comércio. Com o tempo eles conseguiam autorização para fazer comércio por fora das empresas em que trabalhavam, e muitos conseguiram bons lucros com comércio de algodão para Manchester e ópio para China. Em um universo de 45 das primeiras indústrias de algodão de Bombaim, Gijbert Oonk (2007) constatou que em torno de 80% desses industriais tinham trabalhado para empresas estrangeiras de comércio (britânicas principalmente), e cerca de 90% tinham sido comerciantes de algodão e/ou ópio. Muitos desses Parsis abriram suas fábricas quando percebiam a mecanização crescente das fábricas inglesas no século XIX, como Tata, por exemplo, conhecido entendedor das indústrias de algodão de Manchester (Oonk, 2007).

Já as indústrias de algodão de Ahmedabad tiveram outra formação. A cidade tinha uma predominância de comerciantes, os britânicos não participavam nem como intermediários, financiadores ou comerciantes, eram funcionários da burocracia imperialista. Inicialmente, um hindu brâmane que exercia cargo em um escritório governamental, aproximou-se de britânicos para tentar ajuda com seu plano de construir uma fábrica de algodão. Após efetuarem cálculos com auxílio de um britânico que possuía contatos com fábricas de máquinas na Inglaterra, perceberam que fábricas de algodão em Ahmedabad seriam rentáveis. Somente após seu sucesso inicial, e depois das fábricas indianas de Bombaim terem se mostrado rentáveis, banqueiros locais passaram a investir em fábricas de algodão em Ahmedabad, em meados do século XIX. Ao contrário do que normalmente aconteceu em Bombaim, esses donos de fábricas em Ahmedabad não tinham exercido cargos em empresas britânicas ou europeias de comércio, ou trabalhado como intermediários. Eram em sua maioria pequenos banqueiros; 63% de um universo de 35 industriais analisados por Oonk (2007) e outros 23% eram comerciantes sem ligações diretas com britânicos. Outra diferença em relação à in-

dústria algodoeira indiana em Bombaim foi com relação ao financiamento dessas fábricas. Em Bombaim eles vieram principalmente de ações e bancos, e em Ahmedabad, de capital acumulado com depósitos a taxas de juro fixas. Em Bombaim existia um sistema bancário formal de tipo ocidental mais desenvolvido do que em Ahmedabad, onde a população em geral preferia se relacionar com os banqueiros e donos de fábricas locais, do que com o sistema bancário “moderno” (Oonk, 2007).

De acordo com Barrington Moore (1983), em fins do século XIX indústrias nativas, principalmente do algodão e da juta, começaram a ganhar importância, quando os melhoramentos nos transportes possibilitaram a importação de maquinaria e permitiram acesso a mercados mais amplos. Por volta de 1880, a Índia possuía uma classe comercial e industrial do tipo moderno. Entretanto, afirma Moore (1983), quando da independência da Índia em relação aos britânicos em 1947, existia apenas um pequeno impulso no sentido da industrialização, pois os recursos não eram dirigidos para construção de fábricas. Para ele, a agricultura era ineficaz, não recebendo estímulos das cidades para uma melhora na produtividade. Assim, a zona rural não gerava recursos para serem usados no desenvolvimento industrial (Moore, 1983).

Entretanto, trabalhos posteriores ao de Barrington Moore (1983), como o de Tirthankar Roy (2009), demonstram a possível existência de poupanças (acumulação), sobretudo em ouro e prata, por parte de indianos agricultores e comerciantes. Também corroboram, com essa possibilidade, Tirthankar Roy (2007) e Gijbert Oonk (2007). Oonk (2007) preconiza que a maior parte das indústrias da região de Ahmedabad se formaram com inexpressiva participação de britânicos, bem como as da região de Calcutá, e isso para concorrer com as indústrias britânicas da região. Alice Amsden (2009) afirma que estrangeiros deram início à indústria de juta e à construção de ferrovias, mas os indianos assumiram a iniciativa da criação de indústrias de tecidos de algodão, da geração de energia, do transporte marítimo, da construção, do açúcar, do ferro e aço, da engenharia, dos implementos agrários e posteriormente dos produtos químicos, dos automóveis e dos aviões. Pode-se ressaltar também uma pequena passagem da obra de Perry Anderson, publicada originalmente sete anos após o trabalho de Barrington Moore aqui referido: “houve muito pouca industrialização sobre o colonialismo britânico” (Anderson, 2004, p. 517).

Não obstante os trabalhos posteriores ao seu, Barrington Moore, como o próprio Perry Anderson, poderiam ter vislumbrado aquilo que estamos aqui insistindo, ou seja, a possibilidade de uma acumulação antes da chegada de fato dos europeus, em duas passagens de Karl Marx. Marx (1853) lembra que desde tempos imemoriais a Europa recebia os admiráveis tecidos de fabricação indiana, enviando em troca seus metais preciosos. E para Marx (1996b), no início da circulação de mercadorias, unicamente o excesso de valores de uso se converte em dinheiro. Ouro e prata se tornam, por si próprios, expressões sociais do excedente ou da riqueza. Tal forma ingênua de entesouramento eterniza-se naqueles povos em que o modo de produção tradicional e orientado para auto-subsistência corresponde a um círculo de necessidades fortemente delimitado (Modo de Produção Asiático). Da forma que acontece com os asiáticos, “nomeadamente os indianos”. Vanderlint (apud Marx, 1996b), o qual acredita serem os preços das mercadorias determinados pela massa de ouro e prata existentes em um país, se pergunta por que as mercadorias indianas são tão baratas – e responde que os indianos enterraram o dinheiro. De 1602 a 1734, os indianos enterraram 150 milhões de libras esterlinas em prata, vindas originariamente da América para a Europa. Em dez anos (1856–1866), a Inglaterra exportou para a Índia e China (grande parte do metal exportado para a China vai para a Índia) 120 milhões de libras esterlinas em prata.

5. Desenvolvimento econômico e industrial após a independência

Com a independência em 1947, os debates em relação ao desenvolvimento socioeconômico puderam de fato tornar-se mais práticos. Visando modernizar a economia, o Estado indiano alçou barreiras tarifárias e não tarifárias para defender o produtor interno, estimulou o desenvolvimento de ramos de atividade selecionados através de linhas especiais de crédito e concessão de subsídios, investiu maciçamente em obras de infraestrutura, implantou novos setores industriais, criando empresas públicas, e buscou coordenar essas iniciativas como partes de um grande projeto (Cruz, 2007).

Essas características são, comumente, presentes nos Estados desenvolvimentistas e/ou de industrialização tardia. Mas, segundo André Nassif

(2006) e Sebastião Velasco e Cruz (2007), na Índia o Estado fez muito mais, e de maneira peculiar. Em uma carta de 1946 de Jawaharlal Nehru, um dos mais ilustres arquitetos do Estado moderno indiano (apud Cruz, 2007, p. 143), podem-se perceber três características do projeto de desenvolvimento indiano:

- 1) priorizar a indústria pesada;
- 2) defender a pequena produção artesanal como forma de ampliar a oferta de empregos;
- 3) planejamento.

Além dessas, podemos também destacar mais duas:

- 4) controle estatal de setores estratégicos; e
- 5) restrição ao capital estrangeiro.

Características essas que estavam enraizadas na experiência indiana sob o jugo do Império britânico e em na luta pela libertação dele (Cruz, 2007).

Saídos de um processo de independência que terminou com a partição do país, tendo que lidar com problemas linguísticos com possibilidades separatistas e negociar em bases aceitáveis à integração dos principados no território do novo Estado, a principal tarefa que os dirigentes políticos da Índia enfrentavam em meados do século passado era a construção nacional. Modernizar a economia era um aspecto proeminente do projeto, mas estava subordinada à necessidade de consolidação do poder, da pacificação interna e da transformação social (Cruz, 2007; Prates; Cintra, 2009).

O planejamento econômico foi marcante na Índia. Não por acaso, ainda hoje (2012), após reformas liberais nos anos 1990, o país está no seu décimo primeiro plano quinquenal (2008-2012), que, entre suas prioridades, estão a ligeira aceleração do crescimento (de 9% no período 2007-2008 para 10% em 2012) e a ênfase na inclusão social. Metas para melhorar a *performance* em 26 indicadores relacionados à pobreza, à educação, à saúde, às condições de vida das crianças e das mulheres, à infraestrutura e ao meio ambiente (Prates; Cintra, 2009).

No ano de 1938, foi criado no Partido do Congresso o Comitê Nacional de Planejamento, presidido por Jawaharlal Nehru. Em 1945, a

tese do planejamento econômico recebe apoio dos grandes empresários indianos através do documento que ficou conhecido como Plano de Bombaim, em que apresentaram suas ideias, algumas inclusive avançadas para a época, sobre a dimensão econômica do futuro Estado nacional. O planejamento econômico indiano tem como marco inicial a criação da Comissão de Planejamento em 1950, responsável por formular, executar e acompanhar os planos quinquenais. Após a aprovação do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento em 1951, seguiram-se 11 planos.

Para Cruz (2007), até a reforma executada pelo sucessor de Nehru por volta de 1964, a Comissão de Planejamento foi o núcleo duro do aparelho econômico. A experiência indiana de planejamento econômico é uma das mais longas e mais estudadas que se tem notícia. Durante a década de 1950, economistas ilustres, como Oscar Lange, Jan Tinbergen, Nicholas Kaldor e John Kenneth Galbraith, frequentaram o Instituto Indiano de Estatística, além de outros notáveis estrangeiros frequentarem outros centros de pesquisas indianos. Eles não iriam para ensinar, a interação com os indianos era de mão dupla. Ao mesmo tempo em que a economia do desenvolvimento influenciou o início do planejamento econômico indiano, essa nova área de pesquisa sofreu inspiração do caso indiano. Outra peculiaridade do planejamento econômico indiano é o fato de ter se desenvolvido em um regime político democrático-liberal, com uma acirrada competição eleitoral (Cruz, 2007; Prates; Cintra, 2009).

O padrão indiano de desenvolvimento desde o início priorizou a indústria pesada. Isso desde os discursos nacionalistas de Nehru, nos momentos decisivos para independência, como nos vários documentos programáticos do período, a exemplo do Plano de Bombaim. Essa estratégia constitui uma das metas principais do 2º e do 3º Plano Quinquenal, que foram um importante marco da política industrial indiana e se basearam no modelo teórico proposto pelo professor Mahalanobis do Instituto Indiano de Estatística, inspirado na experiência de desenvolvimento econômico planejado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Os principais instrumentos políticos industriais utilizados para perseguir essa meta foram os sistemas de licenciamento industrial e de licenciamento de importações (Cruz, 2007; Prates; Cintra, 2009).

A influência do socialismo soviético esteve de algum modo presente, sobretudo a partir da década de 1930, época em que muitos intelectuais passaram a ver com bons olhos a Revolução Russa de 1917 e seus des-

dobramentos. O próprio Nehru teve contato com o socialismo enquanto estudante em Cambridge, e de forma mais importante em 1927, quando estabeleceu contato com alguns marxistas ortodoxos na Conferência de Bruxelas de Nacionalidades Oprimidas e durante uma viagem de quatro dias para Moscou (Frankel, 2010).

Os investimentos em novas plantas ou expansão da capacidade produtiva existente sofriam um forte controle, necessitando de licenças concedidas pelo Comitê de Licenciamento Interministerial, subordinadas às diretivas estabelecidas pelos Planos Quinquenais de Desenvolvimento. O Estado indiano, além de determinar os setores eleitos, também determinava a localização, as tecnologias e dimensões das plantas industriais, seus conteúdos importados e as formas de relacionamento das empresas nacionais com os agentes externos. Apenas as pequenas e médias empresas estavam dispensadas do regime de licenciamento. Exceção essa que fazia parte das características peculiares do projeto de desenvolvimento indiano desde os primeiros momentos, continuando presente até os dias atuais, isto é, a preservação da pequena indústria artesanal.

Para um melhor entendimento dessa característica indiana, é interessante mencionar duas visões majoritárias entre os líderes do movimento de independência. De um lado, Gandhi defendia valores comunitários tradicionais e tinha rejeição à indústria e tecnologia mecânica – “sua atitude em relação à máquina torna-se mais matizada ao longo do tempo” (Cruz, 2007). Já os pioneiros do nacionalismo indiano e os jovens intelectuais do Partido do Congresso, sofrendo influência da experiência de planificação soviética, eram defensores de uma modernização econômica no país. No entanto, as duas visões se conciliaram e as grandes e pequenas empresas convivem mutuamente no país, com diretrizes a respeito de ambas, normalmente presentes nos Planos Quinquenais. Conforme Bagchi (1999, apud Cruz, 2007), a maioria das exportações não agrícolas da Índia são provenientes do setor de pequenas indústrias (Cruz, 2007; Prates; Cintra, 2009).

A união entre Gandhi e Nehru parece supor um movimento de acomodação entre suas respectivas ideias. Parte desse movimento se deve à relativa redução da repulsa de Gandhi à tecnologia mecânica. Facilitada pela rejeição de ambos ao coletivismo soviético, e uma convergência por via da incorporação no programa do socialismo democrático indiano da defesa da indústria artesanal. Esse duplo movimento demonstra

uma concepção distinta de socialismo, propriamente indiana, em que os objetivos modernos de desenvolvimento econômico e os valores comunitários tradicionais seriam reconciliados (Cruz, 2007).

Após falarmos um pouco sobre o sistema de licenciamento industrial, cabe discorrer sobre outro instrumento de política industrial marcante para o padrão indiano de desenvolvimento, a saber, o sistema de licenciamento de importações. Esse sistema visava monitorar de forma quantitativa as importações, principalmente dos setores escolhidos como prioritários nos Planos Quinquenais. Sendo também o principal mecanismo de proteção da indústria interna contra a concorrência externa (Prates; Cintra, 2009).

Outra característica distinta do projeto de desenvolvimento indiano foi o espaço restrito ao capital estrangeiro. A Índia tradicionalmente destinou espaço reduzido para capitais vindos do exterior, mesmo com uma maior liberdade a tais investimentos com as reformas liberalizantes da década de 1990. Desde fins do século XIX, a ideologia econômica do nacionalismo indiano possuía uma forte crítica ao capital estrangeiro como um de seus elementos básicos. Os primeiros nacionalistas declaravam que o desenvolvimento econômico autêntico só era possível se o processo de industrialização fosse iniciado e desenvolvido pelo capital indiano. Durante a década de 1960, contudo, ocorre uma expansão controlada do capital estrangeiro no país. Mas, entre o fim da mesma década e o início da seguinte, observa-se um novo rumo, com a adoção de uma série de medidas legais que deixariam a Índia com um dos regimes de investimentos externos mais restritivos do mundo fora do bloco comunista (Cruz, 2007). Essas medidas só sofreriam abrandamentos a partir da década de 1980.

Mesmo com a introdução de alguns mecanismos de liberalização comercial a partir de 1976, como o relaxamento gradual do antigo regime de licenciamento de importações, o elevado nível protecionista perdurou até 1985, quando aparecem os primeiros sinais das reformas econômicas, consolidadas na década de 1990. Assim é que um conjunto de reformas econômicas estruturais, enfatizando a liberalização comercial, a abertura aos investimentos estrangeiros diretos e a modernização do sistema financeiro e do mercado de capitais, foram implementadas desde 1991 (Nassif, 2006).

Todavia, segundo Nassif (2006), as taxas mais elevadas de crescimento econômico durante a década de 1980 estão associadas em menor grau

ao início do processo das reformas econômicas, sendo mais importantes as políticas fiscais de cunho keynesiano, implementadas durante o período. Ainda para Nassif (2006), a manutenção de um bom desempenho econômico em termos de crescimento do PIB real, estabilidade do nível de preços e elevadas taxas de incremento das exportações, decorre da combinação de três fatores principais: a continuidade de reformas estruturais necessárias para propiciar o aumento da produtividade da economia; uma política macroeconômica priorizando o crescimento econômico e a geração de empregos como meta principal a ser alcançada; e uma visão estratégica de longo prazo que vem transferindo (“lentamente”) atividades do setor público para o privado através de privatizações, mas mantendo o planejamento como regra e o Estado presente em setores economicamente pouco atrativos à livre-iniciativa (notadamente em infraestrutura). Analisando os recentes Planos Quinquenais indianos, percebe-se a importância dada pelo governo a esses três fatores.

Apenas na década de 1990 ocorre um aumento cada vez mais significativo da entrada de capitais estrangeiros na economia indiana, conforme a Tabela 2 e a Tabela 3.

Tabela 2 – Entrada de investimentos estrangeiros na Índia, 1991-2001 (US\$ milhões)

DESCRIÇÃO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Investimento Estrangeiro Direto (IED)	129	315	586	1.343	2.143	2.842	3.562	2.480	2.167	4.031	6.125
Investimento em portfólio no mercado acionário	4	242	3.647	3.464	2.472	3.122	1.791	-168	2.950	2.590	1.952
Total	133	557	4.233	4.807	4.615	5.964	5.353	2.312	5.117	6.621	8.077

Fonte: Nassif (2006), RBI (2015). Elaboração do autor.

Tabela 3 – Entrada de investimentos estrangeiros na Índia, 2002-2013 (US\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Investimento Estrangeiro Direto (IED)	5.036	4.322	5.987	8.901	22.739	34.729	41.738	33.109	29.029	32.952	26.953	30.763
Investimento em portfólio no mercado acionário	944	11.356	9.287	12.494	7.060	27.433	-14.030	32.396	30.293	17.170	26.891	4.822
Total	5.980	15.678	15.274	21.395	29.799	62.162	27.708	65.505	59.322	50.122	53.844	35.585

Obs.: Dados para 2013 são provisórios. Fonte: RBI (2015). Elaboração do autor.

No ano de 2011, as principais nações investidoras na Índia foram: República de Maurício, Singapura, Estados Unidos, Reino Unido, Holanda, Japão, Alemanha e Emirados Árabes Unidos (TET, 2012).

Mesmo sendo comum a criação de indústrias de média tecnologia entre os países do “resto”, de acordo com Alice Amsden (2009), alguns, como a Índia, avançaram mais do que outros na conversão em economias baseadas no conhecimento. O que foi possível através do investimento pesado em habilidades nacionais próprias, ajudando assim a sustentar a propriedade nacional de empresas nas indústrias de média tecnologia e adentrar em setores de alta tecnologia a partir de “líderes nacionais” (Amsden, 2009).

A Índia vem sendo vista como paradigma de sucesso em segmentos intensivos em conhecimento, os quais, excetuando alguns casos, o domínio de *know-how*, ou, conforme Sanjaya Lall (2005), *know-why* (de modo geral, *entender como*, e não apenas saber fazer), a criatividade e as estratégias de mercado possam ser talvez mais importantes que a existência de economias de escala, tanto no nível de plantas produtivas, como no tamanho das firmas (Nassif, 2006).

Mesmo que o desempenho exportador da indústria de *software* tenha ganhado importância nos anos 1990, a gênese desse segmento está na década de 1970, ou seja, antes da abertura econômica, com o surgimento e evolução de uma política industrial que permitiu estimular a eficiência através da liberalização das importações de equipamentos, deflagrando, assim, o posterior *boom* exportador. As medidas de política industrial voltadas para o impulso das indústrias de Tecnologia da Informação (TI) (sobretudo *software*) tiveram dois aspectos mais importantes na contribuição da atual dinâmica exportadora do setor: a liberalização de importações de equipamentos usados pelo setor de TI e a orientação exportadora já em fins da década de 1970, durante o ciclo de difusão dos produtos de *software*, antecipando-se, assim, à fase de amadurecimento desses serviços (Nassif, 2006).

Nassif (2006) acredita existir certo consenso entre alguns autores sobre a importância de dois fatores para o dinamismo exportador das indústrias de TI na Índia: como mencionado anteriormente, uma política mais liberal quanto à importação de *hardwares*, em relação ao histórico de protecionismo do setor industrial indiano em geral; e a criação em 1988 dos parques tecnológicos de *software* da Índia, possuindo forte orientação externa.

Algumas medidas de política industrial voltadas ao setor de *software* direcionavam o caráter exportador, exemplos: liberalização de importações de *hardware* em 1972, com o objetivo de desenvolver *softwares*, condicionada ao compromisso de recuperar o valor importado por meio de exportações, no prazo de 15 anos. Liberalização de importações de *hardware* em 1976, para indianos não residentes, condicionada ao compromisso de exportar *software* no valor correspondente a 100% do total importado. Redução dos tributos sobre lucros líquidos provenientes da exportação de *software* (de 100% para 50%) em 1984. Liberalização total das importações de *hardware* em 1986, com a condição de que a totalidade da produção fosse orientada para as exportações. Isenção de pagamento do imposto de renda para os exportadores de *software* em 1992 (Nassif, 2006).

As exportações (ligadas a TI) passam a se expandir a partir de 1993, facilitadas pela modernização no sistema de telecomunicações indiano, como, por exemplo, com a interligação via satélite do monopólio estatal VSNL ao sistema Intelsat, com os parques tecnológicos sendo difundidos para 13 cidades do país, cada um deles com suas próprias estações por satélite, propiciando canais de comunicação internacional entre produtores de *software*, fornecedores e clientes.

O epicentro das indústrias de TI na Índia é a região de Bangalore, mas cidades como Hyderabad, Chennai, Pune, Noida e Gurgaon (as duas últimas no entorno da grande Delhi) concentram muitas empresas de TI – além de indústrias promissoras das áreas farmacêutica (destaque para genéricos) e de biotecnologia. A Índia possui cerca de 29 parques industriais de tecnologia, com infraestrutura completa e isenção de impostos para empresas que queiram ali se instalar. Nos parques de Bangalore, Hyderabad, Gurgaon e Noida, existem mais de 6,5 mil empresas, que respondem por 80% da produção indiana de *softwares* (Mello, 2008).

Durante a década de 1980, sete amigos largaram seus empregos em Pune (Oeste da Índia) e fundaram a Infosys em Bangalore, que viria a ser a primeira empresa indiana a ter ações negociadas na Nasdaq, a bolsa de valores de tecnologia dos Estados Unidos. O trabalho da Infosys consiste em desenvolver *softwares* que auxiliam empresas como Phillips, JC Penney, Novartis e Goldman Sachs a terem mais eficiência e maiores lucros. A denominada terceirização de desenvolvimento de *software* e serviços de tecnologia da informação (a empresa não possui *call centers*).

Por exemplo, uma empresa norte-americana encomenda um *software* à Infosys que ajude a administrar o setor de recursos humanos. Ou pede para que os indianos examinem o setor de contas a pagar, determinem como ele poderia se tornar mais eficiente e implementem o projeto. A Infosys está entre as chamadas Três Grandes Indianas, ou seja, Infosys, Wipro e Tata Consultancy Services, mais de 90% de seus faturamentos vêm de exportações (Mello, 2008).

Considerações finais

A sociedade indiana sofreu invasões de outros povos e/ou reinos, mas os britânicos afetaram negativamente seus fundamentos como nenhum outro invasor. A base de agricultura e manufatura foi rompida através de medidas comerciais, fiscais e de comércio internacional e interno. Para Nehru (1994), primeiro os britânicos levaram ao colapso muitos tecelões e artesãos de Bengala e Bihar, depois, com sua expansão pela Índia e a construção das ferrovias, espalharam o colapso por toda a Índia.

De modo geral, durante a dominação imperialista britânica os camponeses foram expropriados e violentados de inúmeras formas, mas possivelmente ocorreram exceções, aqueles que conseguiram alguma acumulação e passaram a praticar a agiotagem entre seus próprios pares (Chesneaux, 1976; Panikkar, 1977) poderiam em momento subsequente ascender como pequenos industriais, pois muitos dos pioneiros da indústria moderna eram financiadores/pequenos banqueiros. Como mencionado durante o presente trabalho, muitos também conseguiram alguma acumulação em metais no comércio com os britânicos.

A transição capitalista na Índia sofreu muitas mudanças no século XIX. Em um primeiro momento, ela estava nas mãos dos velhos príncipes. Em seguida, ocorre o aparecimento da burguesia moderna, intelectuais que estudaram na Inglaterra ou advindos das novas instituições de ensino superior, assim como uma classe média, composta principalmente pelos professores das novas universidades e os primeiros indianos funcionários do governo imperial (Chesneaux, 1976). Assim, mudanças na correlação de força passaram a aproximar essa burguesia moderna, os intelectuais e a pequena classe média. Os camponeses certamente poucas forças tiveram, graças à expropriação imperialista (revoltas ocorriam no

campo, mas não movimentos camponeses mais amplos). Parece-nos, assim, que a burguesia e os intelectuais é que levaram à frente a transição ao capitalismo que o imperialismo bloqueava. Claro que o sistema imperialista não sofreu uma ruptura completa. Muito do aparato jurídico-burocrático ainda permaneceu, a nacionalização da malha ferroviária levaria cerca de duas décadas, por exemplo, o sistema bancário levaria mais tempo ainda para ser nacionalizado. Nesse sentido, parece estarmos diante do que Antonio Gramsci denominou uma “Revolução Passiva”. Trata-se, segundo o autor, de um processo em que se observa

[...] as necessidades da “tese” de desenvolver-se integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar “superar”. Isto é, na oposição dialética só a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até atrair para si os chamados representantes da antítese. (Gramsci, 1989, p. 77)

É a combinação entre o “velho” e o “novo” de que nos fala Milton Santos (1979).

Após a independência em 1947, o Estado indiano esteve presente no desenvolvimento econômico e industrial, principalmente a partir dos planos quinquenais e todo um aparato burocrático a ele atrelado, para ajudar na execução prática do que os planos propõem. O ativismo estatal, em alguns momentos mais e outros menos, perdura até os dias atuais, mesmo após os movimentos de liberalização da década de 1980 e principalmente 1990. Para Nassif (2006), esse Estado foi importante na projeção internacional da indústria indiana de *software*, por exemplo.

Peculiaridade também do desenvolvimento indiano foram as medidas liberalizantes da década de 1990, que, ao contrário de muitos países em desenvolvimento, foram adotadas de forma gradual e sem abandonar o projeto de desenvolvimento, além de contar ainda com a participação do Estado como gestor do desenvolvimento.

Referências bibliográficas

- AMSDEN, Alice H. A difusão do desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental. *Revista de Economia Política*, v. 12, n. 1 (45), jan.-mar. 1992.
- AMSDEN, Alice H. *A ascensão do “resto”*. São Paulo: UNESP, 2009.

- ANDERSON, Perry. O “modo de produção asiático”. In: ANDERSON, Perry. *Linhas do Estado absolutista*. 3. ed., 2. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BBC Brasil (BBC). *BRICs se recuperam antes de países ricos, diz “Economist”*. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090619_presseconomist_ba.shtml>. Acesso em 30 de setembro de 2009.
- CAMPOS, Bruno de. *Formação social indiana: modo de produção asiático, imperialismo e industrialização tardia*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013 (Dissertação de Mestrado).
- CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Reformas econômicas em perspectiva comparada: o caso indiano. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FERNANDES, Luís Manuel. Rússia: do capitalismo tardio ao socialismo real. In: FIORI, José Luís. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FRANKEL, Francine R. *India’s political economy, 1947-2004: The gradual revolution*. 2. ed. 3. impr. New Delhi: Oxford University Press, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- KÖNEMANN, Ludwig (ed.). *Historical atlas of the world*. Bath: Parragon Books, 2010.
- LALL, Sanjaya. A mudança tecnológica e a industrialização nas economias de industrialização recente da Ásia: conquistas e desafios. In: KIM, Linsu; NELSON, Richard R. (orgs.). *Tecnologia, aprendizado e inovação: as experiências das economias de industrialização recente*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.
- MAGNOLI, Demétrio; SERAPIÃO JUNIOR, Carlos. *Comércio exterior e negociações internacionais: teoria e prática*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MARX, Karl. *A dominação britânica na Índia, 1853*. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/10.htm>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2010.
- MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. V. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996a (Os Economistas).
- MARX, Karl. O dinheiro ou a circulação das mercadorias. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. V. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996b (Os Economistas).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sobre o colonialismo*. V. 1. Lisboa: Estampa, 1978.
- MELLO, Patrícia Toledo de Campos. *Índia: da miséria à potência*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.
- MOORE, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NASSIF, André. A economia indiana no período 1950–2004 – Da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?. *Textos para Discussão do BNDES*. Rio de Janeiro, n. 107, 2006.

- NEHRU, Jawaharlal. The destruction of India's industry and the decay of her agriculture. *The discovery of India*. 6. impr. New Delhi: Oxford University Press, 1994.
- OONK, Gijsbert. Industrialisation in India, 1850-1947: three variations in the emergence of Indigenous industrialists. In: TAHER, Nasreen; GOPALAN, Swapna (eds.). *Business communities of India*. Hyderabad: The ICFAI University Press, 2007.
- PANIKKAR, Kavalam Madhava. *A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POCHMANN, Márcio. Divisão internacional do trabalho. *Valor Econômico*, p. A17, 25 de novembro de 2010, Opinião.
- PONTES, Beatriz Maria Soares. A reorganização dos espaços mundiais após a Segunda Grande Guerra (1945-1979). *Boletim Paulista de Geografia*, n. 58, p. 87-119, set. 1981.
- PRATES, Daniela Magalhães; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. Índia: a estratégia de desenvolvimento – Da independência aos dilemas da primeira década do século XXI. In: CARDOSO JR., José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko. *Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: IPEA, 2009.
- RESERVE Bank of India (RBI). Disponível em <<http://www.rbi.org.in/scripts/AboutusDisplay.aspx>>. Acesso em 20 de julho de 2012a.
- RESERVE Bank of India (RBI). *Annual report, Aug. 23, 2012*. Disponível em <http://rbidocs.rbi.org.in/rdocs/AnnualReport/PDFs/2T_AN23082012.pdf>. Acesso em 2 de dezembro de 2012b.
- RESERVE Bank of India (RBI). *Handbook of statistics on Indian economy, Sep. 15, 2014*. Disponível em: <http://rbidocs.rbi.org.in/rdocs/Publications/PDFs/155T_SHE130914L.pdf>. Acesso em 11 de abril de 2015.
- ROSSELLINI, Roberto. *Roberto Rossellini: fragmentos de uma autobiografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- ROY, Tirthankar. A delayed revolution: environment and agrarian change in India. *Oxford Review of Economic Policy*, v. 23, n. 2, p. 239-250, 2007.
- ROY, Tirthankar. A Grande Depressão e a economia da Índia no entreguerras. In: LIMONCIC, Flavio; MARTINHO, Francisco Carlos Paloma (orgs.). *A Grande Depressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SILVA, Marcos Aurélio da. Mudanças geoeconômicas no capitalismo da segunda metade do século XX. *Geosul*. Florianópolis, UFSC, v. 16, p. 7-40, 2001.
- SILVA, Marcos Aurélio da. Japão: revolução passiva e rivalidade imperialista. *Geografia econômica: anais de geografia econômica e social*. V. 1. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2008.
- THE Economic Times (TET). *FDI increases by 31% to \$27.5 bn in 2011*. Disponível em <http://articles.economicstimes.indiatimes.com/2012-03-11/news/31145302_1_fdi-inflows-single-brand-retail-sector-cent-foreign-investment>. Acesso em 12 de abril de 2012.
- TREVISAN, Cláudia. Índia esbarra em contrastes para alcançar China. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. B8, 24 de setembro de 2006, Caderno Dinheiro.